**Intervenção da Gizela Zunguze, Justiça Ambiental/Friends of the Earth Moçambique na Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental da ONU para elaboração de um instrumento legal vinculante para transnacionais em questões de direitos humanos, no Painel VI: Lessons learned and challenges to access to remedy.**

Moçambique é um país que nos últimos anos tem sido alvo de grandes investimentos em megaprojectos e especificamente na indústria extractiva. O Governo tem estado empenhado em passar a imagem de “bom lugar para se investir e instalar complexos industriais”.

Além dos incentivos já dados oficialmente pelo Governo, como baixa tributação e regalias fiscais, as empresas beneficiam-se ainda do baixo nível de escolaridade e informação da população no geral em relação aos seus direitos; do facto que as elites políticas estão ligadas, muitas vezes, a estes investimentos na forma de parcerias secretas, o que se reflecte na falta de interesse político para permitir e garantir que o acesso à justiça é um direito inalienável das pessoas afectadas.

Muitas destas empresas chegam ao país com o discurso de que vão melhorar a vida das comunidades e criar muito emprego, mas os dados não confirmam isto. Em Moçambique, na Província de Tete, há no máximo 3.000 moçambicanos empregues directamente nas minas de carvão, o que quantifica apenas 0,6% do emprego na província. Por outro lado, 3.500 famílias, ou aproximadamente 17.000 pessoas perderam suas terras devido às actividades destas minas.

Algumas pessoas aqui, durante esta semana, já falaram das práticas comuns realizadas pela Vale, a gigante mineradora Brasileira. Moçambique, como o país onde se localiza a maior mina de carvão a céu aberto do mundo que é operada pela Vale, não é excepção ao seu comportamento abusivo. Mas vou agora dar o exemplo de outra mineradora que chegou à mesma pronvíncia não muito depois da Vale**.**

**A JINDAL**, da Índia, iniciou a extração de carvão sem um Estudo de Impacto Ambiental aprovado, e mesmo assim a mina foi inaugurado pelo Presidente da República que aproveitou para congratular a chegada destes investidores no País. A empresa opera até hoje sem reassentar as cerca de 500 famílias que vivem na região, entre as quais 289 vivem a cerca de 1km da zona de exploração. Estas populações perderam o seu direito de livre circulação e são controladas pelas forças de segurança da empresa, além dos enormes impactos à sua saúde por estarem tão perto das explosões.

As dificuldades que estas comunidades enfrentam no acesso à justiça são semelhantes por todo o mundo. Em Moçambique, o sistema jurídico não é independente do poder político. Todas estas violações de direitos humanos e das leis nacionais estão a ocorrer com o conhecimento e apadrinhamento do Governo e da justiça. Todos os casos denunciados nos tribunais tiveram sentenças favoráveis às empresas. Levamos estes casos à primeira sessão do Tribunal Permanente dos Povos na África Austral, em Agosto deste ano, que foi um processo muito importante liderado por organizações da sociedade civil. Embora possa emitir uma sentença moral e reconhecer a culpa das transnacionais, este Tribunal não tem a capacidade de emitir uma sentença vinculativa para as empresas violadoras.

Isto mostra o problema do acesso à justiça por parte das comunidades afectadas, bem como a falta de garantia da não repetição das violações, que têm sido sistematicamente cometidas pelas mineradoras de carvão em Tete desde 2007.

Quando algumas pessoas que interviram aqui afirmam que o que é necessário não é regular as empresas e sim fazer pressão para que os Governos implementem as leis que já fazem parte da sua legislação nacional, eu não sei se isso é uma total falta de informação sobre como estas violações acontecem em lugares como Moçambique ou se é uma cumplicidade criminosa com este sistema que protege os interesses poderosos das corporações e seus respectivos lucros enquanto cala a voz de milhões de pessoas afectadas em seu nome.

Termino por dizer que à medida que chegamos ao final desta semana de importantes discussões, eu gostaria de apelar a todos os Estados envolvidos neste grupo de trabalho para que tenham sempre presente que estes testemunhos de violações não são só palavras. É importante lembrar que elas vão continuar a acontecer, mesmo depois desta semana, quando todos retornarmos para as nossas casas.

Senhora Presidente e todos aqui presentes, peço que levem a reflexão de que há pessoas que não tem a capacidade de lutar sozinhas pelos seus direitos. A nossa luta continua até o dia em que as corporações não tenham uma voz mais alta do que cada uma das pessoas que moram na terra onde elas se instalam.

Obrigada/Merci

**Genebra, aos 28 de Outubro de 2016**

**Oral statement from Gizela Zunguze, Justiça Ambiental/Friends of the Earth Mozambique at the IGWG session for the creation of a legally binding instrument to regulate TNCs regarding human rights issues, on Panel VI: Lessons learned and challenges to access to remedy.**

Mozambique is a country that has been attracting huge investments in megaprojects, in the past recent years, and specifically in the extractive sector. The Government has been putting its efforts in giving the image of “a good country to invest in and where to build industrial complexes”.

Aside from the incentives officially granted by the Government, such as low taxation and fiscal privileges, the companies also benefit from the low levels of literacy of the population and the lack of information regarding their own rights; the fact that, many times, the political elites are linked to these investments through secret partnerships which is reflecting into a lack of political will to allow and guarantee that the access to justice is an inalienable right of the affected people.

Many of these companies arrive in my country stating they will improve the lives of the communities and create many jobs, but the data doesn’t confirm this. In the Tete province in Mozambique, there are at most 3,000 mozambicans directly employed in the coal mines, which means only 0.6% of the employment in the province. In the other hand, 3,500 families or approximately 17,000 people have lost their lands due to the operations of these coal mines.

Some people present here during this week have already mentioned the common ways in which Vale, the brazilian mining company, operates. Mozambique, home of the biggest open pit coal mine of the planet that is operated by Vale, is no exception to its abusive behaviour. But I will give an example of another mining company that arrived in the same province, not long after Vale.

**JINDAL**, from India, has initiated the coal extraction without having an Environmental Impact Assessment approved, and yet, even so, it was inaugurated by the President of the Republic who took the opportunity to congratulate the arrival of these investors in the country. The company operates until this date without resettling the 500 families in the region, 289 of those still living within 1km of the production area. These people have lost their right to free movement and are being controlled by the company’s security forces, apart from the huge health impacts for living so close to the explosions.

The difficulties faced by the communities to access justice are similar throughout the world. In Mozambique, the legal system is not independent from the political powers. All these violations of human rights and national laws are occurring with the knowledge and complicity of the Government and the legal system. All cases denounced in national courts have had a sentence in favour of the companies. We took these cases to the first African session of the Permanent Peoples’ Tribunal, in August this year, which was a very important process lead by civil society organizations. While it can provide a moral sentence and recognize guilt of the TNCs, it doesn’t have the legal capacity to issue a binding sentence for the violating company.

This shows the problem of access to justice for affected communities, as well as the lack of guarantee of no repetition of violations, that have been systematically committed by coal mining companies in Tete since 2007.

When some of the people who have intervened in this working group state that we don’t need to regulate the companies, what we need is to pressure the Governments so that they enforce their existing national laws, I don’t really know if this is a complete lack of information of how these violations are happening in countries like Mozambique, or if it is a criminal complicity with this system that protects the powerful interests of corporations and their profits while silencing the voices of millions of affected people on its name.

I will finish by saying that, as we are approaching the end of this week of important discussions, I would like to urge all the states involved in this working group to keep in mind that the testimonies of the violations we are delivering are not just words. It is important to stress that they will continue happening, also after this week, as we all go home.

Dear Madam Chair and everyone, I urge you to reflect upon the fact there are people who have no capacity to fight alone for their rights. Our struggle continues until the day when the corporations won’t have a voice that’s higher than the one of each and every person living in the land they are operating.

Thank you/Merci

**Geneva, October 28th 2016**